

Termo de Colaboração nº 47/2023/GP.

TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Robson Cantu**, brasileiro, portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina nº 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, **Associação de Proteção à Suade e o Bem Estar do Movimento Familiar – PROBEM**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.414.802/0001-15, com sede na Rua Pedro Ramires de Mello nº 190, Centro de Pato Branco, Cep.: 85.501-250, e-mail associacaoprobem@hotmail.com, neste ato, representada pela sua presidente Vilma Terezinha Molinete Gobbi, portadora do RG nº 6.004.343-4/SSP-PR, inscrito no CPF nº 034.462.549-43 residente e domiciliado em Pato Branco – PR, como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do processo administrativo nº 7.357/2023, **Inexigibilidade nº 25/2023 – Processo nº 27/2023, em atendimento as Emendas Impositiva Individual nº 28 e 36 de 2022**, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I – Constitui objeto da parceria a execução do Projeto Proteger, que manterá a contratação de psicóloga para atender a demanda na Delegacia da Mulher do Município, atuando junto com crianças que sofreram abuso, cumprindo-se a Lei Federal nº 13.431/2007; e, para a aquisição de veículo que será utilizado para o transporte de arrecadações e distribuição de doações; na forma do Anexo I – Plano de Trabalho que é parte integrante e indissociável do presente termo de colaboração para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I – A destinação do recurso será para a execução do Projeto Proteger e para a aquisição de veículo, conforme o plano de trabalho.

II – A execução do Projeto Proteger tem por objetivo a viabilização e manutenção de uma psicóloga para atendimento a crianças que sofrem abuso, cumprindo a Lei Federal nº 13.431/2007, permitindo maior agilidade no processo, mas principalmente amparando as crianças e adolescentes e contribuindo com sua proteção e bem-estar.

III – A aquisição de veículo se faz necessária para o transporte de arrecadações e distribuição de doações.

IV – As metas, indicadores e meios de verificação serão:

METAS	INDICADOR DE AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS
Atendimento a Crianças e Adolescentes – Projeto Proteger	12 atendimentos/mês
Atendimento a oitiva especial de crianças e adolescentes – Projeto Proteger	288 atendimento/ano
Atendimento a pessoal em condições de vulnerabilidade – Veículo	200 atendimento até dezembro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Colaboração, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I – O prazo de execução do termo de colaboração será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II – O prazo de vigência do termo de colaboração será 13 (treze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais)** à PROPONENTE, com recursos do Fundo Municipal de Saúde, referente as Emendas Impositivas Individual n.º 28 e 36 de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

a) 08.07 Secretaria Municipal de Saúde – Administração da Saúde. 103010043.2.38000 Manutenção das Atividades da Saúde.3.3.50.43.99.99 Subvenções Sociais – Demais Entidades do Terceiro Setor. Cód. Reduzido: Despesa 1787 – Desdobramento 19258.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, observado o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR
01	Em até 15 dias úteis após a publicação do Termo de Colaboração	R\$ 153.600,00

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

3.3.90.36.06 – Serviços Técnicos Profissionais	R\$ 33.600,00
4.4.90.52.48 – Veículos Diversos	R\$ 120.000,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao

da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Sicredi 748, Agência 0737, Conta Corrente 96.672-3**.

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

b) Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da

obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;

c) Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

f) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

g) Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Colaboração;

d) Manter escrituração contábil regular;

e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;

f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;

g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Colaboração;



- h) Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- i) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- k) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l) Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:
1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 2. Garantir sua guarda e manutenção;
 3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n) Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p) Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q) Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

- b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- f) Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- j) Realizar, com recursos provenientes da parceria, despesas com:
 1. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
 2. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 3. Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
 4. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
 5. Pagamento de despesa bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Colaboração poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Colaboração deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestor da parceria a servidora **Marta Lemes de Souza**, enfermeira da Secretaria de Saúde, Matrícula n.º 101.311/1, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 207/2022, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV - O gestor da parceria emitirá Relatório Técnico quando necessário e pelo menos um relatório técnico de Fiscalização, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

- c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Colaboração;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II - Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;



d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

a) Considera-se exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contados da primeira liberação de recursos para sua execução.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III - Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV - A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e

b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Sanar a irregularidade;

b) Cumprir a obrigação; ou



c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III - A PROPONENTE deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV - A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

a) O relatório final de execução do objeto;



- b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01 (um) ano;
- c) O relatório final de execução financeira;
- d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a) Aprovação das contas;
- b) Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c) Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou

b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:



a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e

b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.



c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- a) Extinto por decurso de prazo;
- b) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d) Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
3. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
4. Violação da legislação aplicável;
5. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
6. Malversação de recursos públicos;
7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.



III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

a) Inexecução do objeto;

b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou

c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

a) Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

1. do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

2. do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exige a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Colaboração e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

a) Ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou

b) À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens**.

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realiza doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

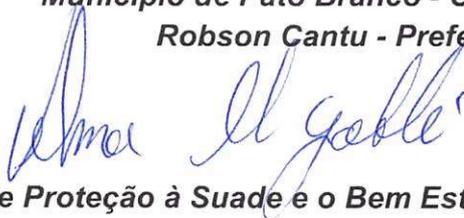
II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se ao bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pato Branco, 24 de maio de 2023.

Município de Pato Branco - Concedente

Robson Cantu - Prefeito



**Associação de Proteção à Saúde e o Bem Estar do Movimento Familiar –
PROBEM - Proponente**

Vilma Terezinha Molinete Gobbi - Representante Legal

**ANEXO I – PLANO DE TRABALHO
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

DADOS CADASTRAIS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAUDE
E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR- PROBEM

NOME FANTASIA: PROBEM

C.N.P.J : 15.414.802/0001-15

ENDEREÇO: RUA PEDRO RAMIRES DE MELLO – Nº 190

BAIRRO: CENTRO

CIDADE : PATO BRANCO – PR

CEP: 85501-250

TELEFONES : (46) 9918-9387 (46) 3225-9912

EMAIL: associacaoprobem@hotmail.com

BANCO: SICREDI - 748

Nº AGÊNCIA : 0737

Nº CONTA CORRENTE: 96672-3

Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente: **VILMA TEREZINHA
MOLINETE GOBBI.**

Função: Presidente

RG: 6.004.343- 4 SSP\PR

CPF: 034.462.549-43

Telefone: (46) 3225-9912

DADOS DA INSTITUIÇÃO:

**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO
MOVIMENTO FAMILIAR- PROBEM,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins
lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 15.414.802/0001-15, esta em pleno e regular
funcionamento, desde sua fundação, cumprindo suas finalidades estatutárias, sendo
a sua diretoria atual, com mandato de 02 anos, tendo como presidente:

PRESIDENTE: VILMA TEREZINHA MOLINETE GOBBI, Brasileira, Maior,
Empresária, CPF.: sob o nº 034.462.549-43, e C.I.RG.: nº 6.004.343-4, expedido pelo
Instituto de Identificação do Estado do Paraná, na data de 15/08/1990, residente e
domiciliado na Rua Pinheiro Machado, nº 357, Centro, CEP.: 85505-060, nesta cidade
de Pato Branco, Estado do Paraná.

APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

O presente Plano de Trabalho tem como finalidade principal traçar diretrizes para
o atendimento de pessoas que se encontram em condições de pobreza, buscando a
proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; Na área de
prestação de serviços tais como, executar programas ou projetos que concedam

benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos as famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

O Plano de Trabalho representa um conjunto de pessoas necessitadas sem abrigo, sem moradia, sem alimentação sem condições de saúde e educação, pessoas que fazem parte do nosso Município.

A PROBEM é uma associação que vem ajudando essas pessoas com alimentação, agasalhos e saúde dentro do limite que consegue conforme as doações recebidas. As doações normalmente são de roupas, calçados, cestas básicas, remédios e alguns móveis. No entanto embora a população tenta ajudar dentro da medida que pode, a associação na maioria das vezes depende de ir buscar as doações nas casas, separar, dividir e depois fazer as doações conforme as condições e necessidades de cada família.

A PROBEM, não possui receitas, é uma entidade que vive de doações. A PROTEÇÃO SOCIAL, QUE VISA A GARANTIA DA VIDA, A REDUÇÃO DE DANOS E A PREVENÇÃO DA INCIDÊNCIA DE RISCOS, ESPECIALMENTE: A PROTEÇÃO A FAMÍLIA, A MATERNIDADE, A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A VELHICE; O AMPARO AS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES CARENTES; A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO; A HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROMOÇÃO DE SUA INTEGRAÇÃO A VIDA COMUNITÁRIA; DIFUNDIR E CONSCIENTIZAR AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AO IDOSO QUE COMPROVEM NÃO POSSUIR MEIOS DE PROVER A PRÓPRIA MANUTENÇÃO OU TÊ-LA PROVIDA POR SUA FAMÍLIA A GARANTIA DE UM SALÁRIO MÍNIMO DE BENEFÍCIO MENSAL.

A PROBEM, foi fundada em 20/04/2012, com estatuto registrado sob o nº 0001427/06 LIVRO A – CARTÓRIO VIEIRA – REGISTRO DE DOCUMENTOS. UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL LEI Nº170/2020.

ÁREA DE ATUAÇÃO

As atividades serão direcionadas na área Assistência Social, Educacional e saúde, através de programas e projetos desenvolvidos pela diretoria e voluntários.

LOCAL DE ATENDIMENTO DO PLANO E PÚBLICO ALVO

O atendimento às pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade no Município de Pato Branco estado do Paraná. No momento estamos pleiteando um lugar adequado com maior espaço, enquanto isso atendemos *in loco* ou no seguinte endereço; Rua Pedro Ramires de Mello, Nº 190, Centro, Pato Branco – PR.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E META PREVISTA

Capacidade e estrutura para atender até 150 pessoas podendo variar dependendo das doações recebidas.

Meta prevista de 200 atendimentos até Dezembro de 2023.

OBJETIVO GERAL

Trabalhar na habilitação e reabilitação da pessoa vulnerável através de atendimento e da Defesa e garantia de direitos, na prestação de serviços de saúde e educação para quem deles necessitar, com equipes preparadas visando a promoção da autonomia com melhor qualidade de vida em consonância com a legislação que regem estas políticas públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A vigilância socioassistencial que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
- A defesa de direitos que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- Enfrentamento da pobreza:
- Conscientização e difusão dos direitos previdenciários aos portadores de moléstias graves, deficiência física e idosos;
- Reintegração ao mercado de trabalho de pessoas idosas, com deficiência ou que tenha qualquer outra restrição física ou com preconceitos sociais (ex-detentos, portadores de moléstias graves)
- Prestar serviços, executar programas ou projetos que concedam benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos as famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18;
- Dar assessoramento de forma continuada, permanente e planejada, prestar serviços e executar programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais da sociedade como um todo, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.
- Garantir e defender os direitos de forma continuada, permanente e planejada e prestar serviços e executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.
- Promover programas de combate a deficiência química, que consiste em identificar pessoas dependentes químicas oferecendo apoio através de ações de combate a dependência e reintegração a sociedade, trabalho promovendo a inclusão social.
- Promover programas, palestras e ações que tenham como objetivo diminuir a dependência de pessoas com limitações físicas e culturais.



- Organizar, promover atividades culturais, esportiva e educacionais ao público alvo, tais como: treinamentos, conferências, seminários, exposições, jogos esportivos, gincanas, teatros e outras formas de divulgação das atividades da associação.
- Captar recursos junto a instituições nacionais e internacionais, para financiamento de projetos e/ou programas próprios ou de outras entidades com objetivos semelhantes aos da associação.
- Prestar serviços, produzir e vender produtos decorrentes de suas atividades, cujas receitas deverão ser aplicadas em projetos compatíveis com os objetivos sociais da Associação Saúde da Família, podendo, inclusive licenciar ou ceder marca e direitos autorais.
- Desenvolver quaisquer outras atividades eventualmente necessárias a realização dos objetivos da instituição:
- Adquirir e distribuir medicamentos;
- Formalizar convênios com profissionais da área da saúde, hospitais, farmácias, etc;
- Colaborar com instituições religiosas e de outros movimentos sociais;
- Realizar qualquer atividade de cunho social abrangido por lei.
- Criar uma oficina de “reformas” com voluntários para aproveitar as doações recebidas e entregar a aqueles que precisam, móveis já em condições de uso.

DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATENDIDAS E ATIVIDADES OU PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCERIA

As atividades acontecerão na Entidade no decorrer da semana, de segunda a sexta feira em dois turnos: das 08h às 12h e das 13:30 h às 17 h. Em caso de emergência será designando uma pessoa para atendimento fora dos horários estabelecidos. Seguindo um cronograma de Cadastro de pessoas, bairros mais necessitados, pessoas mais necessitadas. Criação de projetos de moradia juntamente com a comunidade local e órgãos públicos. Outros projetos ligados a saúde e bem estar social. Com o Veículo para transporte, será designado uma pessoa que possa fazer essas arrecadações por toda a cidade ou localidades próximas, para que se possa aproveitar todos os tipos de doações.

AÇÕES JUNTO AOS USUÁRIOS / FAMÍLIAS

- Acompanhamento familiar;
- Atendimento como prioridades o bem estar e atendimento às necessidades da família.
- Acolhida;
- Encaminhamento;
- Reuniões com as pessoas;
- Verificar a necessidade individual oferecendo condições de melhoramento.

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES EXERCIDAS

Socorrer pessoas que se encontram sem abrigos, outros em condições de abandono nas ruas, estando a maioria com problemas de saúde, maus tratos, e alguns com algum tipo de doença. Trabalhamos a mais de 02 (dois) anos atuando incansavelmente buscando melhores condições de vida a essas pessoas.

No início foi feito o cadastramento nos bairros com as famílias mais carentes. Com as doações fomos amparando familiares e foi tomando uma dimensão que ficamos impossibilitados de atender a todos apenas com doação de pessoas voluntárias.

CUSTO DE ATENDIMENTO:

Considerando que a entidade ainda não tem qualquer arrecadação monetária, os custos são estimáveis, feitos por profissionais da área da saúde, e dos próprios associados que fazem as compras e dos produtos necessários para a manutenção. Mais os custos com transporte para arrecadação e distribuição de doações.

Destaca-se que para manutenção da entidade, são considerados as seguintes despesas: Luz, Água, Telefone, Atendimento Clínica, Combustível, Materiais de limpeza de modo geral, Manutenção de Equipamentos, Alimentação(cestas básicas), Funcionários, encargos trabalhistas, honorários de profissionais, medicamentos, fretes e transportes.

PLANO DE APLICAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO, recebe chamados diariamente de pessoas que desejam fazer doações de roupas, abrigos, móveis, e outras doações. No entanto não possui condições de transporte para ir fazer a arrecadação dos produtos doados, principalmente quando se trata de móveis, por esse motivo a necessidade de ter um veículo utilitário disponível para que possa fazer essas arrecadações como também as doações desses produtos. No momento a associação depende de pagamento de fretes ou pessoas voluntárias que possuem veículos nessas condições.

BENS PERMANENTES

Considerando o trabalho que a PROBEM, vem fazendo com as famílias mais necessitadas, tais como: Doações de fogões, mesas, camas, é necessário que tenha um transporte para dar continuidade nesse trabalho.

DESCRIÇÃO DO BEM - 01 VEÍCULO /CAMIONETE /UTILITÁRIO: VALOR R\$ 120.000,00

ANEXO III – CRONOGRAMA

DATA DE INICIO	DATA FIM	VALOR PREVISTO
01/05/2023	31/12/2023	R\$ 120,000,00

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da convenente, venho declarar que:

- a. A OSC preenche os requisitos mínimos para o seu enquadramento como beneficiário de parceria com o Município de Pato Branco;
- a. A OSC informará à concedente, a qualquer tempo, as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a avaliação do processo;
- b. A OSC prestará contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do Plano de Trabalho e o objeto da parceria;
- c. A OSC receberá e movimentará os recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins da parceria;
- d. A OSC não incorre em nenhuma das vedações explícitas na Lei 13.019/14;
- e. A OSC possui estrutura para a operacionalização da parceria tal como proposto, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Prefeitura de Pato Branco, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional;
- f. A OSC não possui, em seu corpo diretivo, servidores da administração pública municipal ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores públicos, diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da administração do Poder Público Municipal (Art.39, III da Lei 13.019);
- g. Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nossos proprietários, controladores, diretores respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 39, III da Lei 13.019/14);
- h. Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAUDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIAR- PROBEM, não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito;
- i. A OSC não possui nenhum impedimento legal para realizar a presente parceria;
- j. Nenhum dos diretores incorre nas vedações da legislação, em especial o art. 39, VII da Lei 13.019/2014;
- k. Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará à Secretaria, quando solicitado e antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência;
- l. Serão aceitas como oficiais as comunicações enviadas ao e-mail da entidade supra indicada, que serão consideradas lidas em até 2 dias úteis do envio;
- m. Declaro estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei 13.019/2014, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública e não incorrendo em nenhuma das vedações legais;



**ANEXO II – PLANO DE TRABALHO
PROJETO PROTEGER**

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Nome do Órgão: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A SAÚDE E O BEM ESTAR DO MOVIMENTO FAMILIARA - PROBEM		
CNPJ: 15.414.802/0001-15		
Esfera Administrativa:		
Endereço: Rua Pedro Ramires de Melo, 190		
Bairro: Centro		
Município: Pato Branco	UF: Paraná	CEP: 85501-250
DDD/Telefones: (46) 99918-9387		
Fax: (46) 3225-2824	E-mail: associacaoprobem@hotmail.com	Caixa Postal:
Banco: 748	Agência: 0737	Conta: 96.672-3

2. IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO

Nome do Dirigente: Vilma Terezinha Molinete Gobbi			
Cargo: Presidente		Data da Posse: 15-07-2020	
CPF: 034.462.549-43	RG: 6.004.343-4	Órgão	Emissão:
		Expedidor: SSP/PR	10/08/2018
Endereço Residencial: Rua Pinheiro Machado nº 357			
Bairro: Centro			
Município: Pato Branco		UF: PR	CEP: 85505-060
DDD/Telefone Residencial:			
Fax: (46) 3225-9912	E-mail: vilma_transform@hotmail.com		Caixa Postal:

3. RECURSO

Programa: Projeto Proteger	
Ação: Disponibilizar recurso de psicóloga para Delegacia Da Mulher para Oitiva Especial de Crianças e Adolescentes. O projeto busca atender a necessidade identificada através da Delegacia da Mulher, de se ter uma profissional especifica que preste atendimento psicológico e realize a coleta testemunhal de crianças e adolescentes vítimas de abuso de forma mais rápida, do que o atualmente utilizado na Delegacia.	
Valor do Concedente: R\$ 33.600,00	Valor da Contrapartida: sem contrapartida

4. PROJETO

Título: PROJETO PROTEJER

5. OBJETO DA PROPOSTA DE CONVÊNIO

Descrição: Manter a Contratação de uma psicóloga para atender a demanda na Delegacia da Mulher de Pato Branco/PR, atuando junto as crianças que sofrem abuso, cumprindo-se a Lei 13.431/2007. Promovendo um atendimento mais célere as vítimas, proporcionando ainda, elementos para seguimento e ações mais ágeis da

6. JUSTIFICATIVA

O projeto PROTEGER foi concebido pelo Comitê Mulher da Agência Zona Sul em Pato Branco perante uma necessidade identificada através do relato da delegada Dra. Franciela Alberton, sobre uma demanda latente na Delegacia da Mulher de se ter um profissional específico que prestasse atendimento psicológico e realizasse a coleta testemunhal de crianças e adolescentes vítimas de abuso de forma mais rápida.

Diante do exposto, o Comitê ficou comovido e sensibilizado com os dados apresentados, e buscou ajudar nesta nobre causa. Assim nasceu o Projeto Proteger que viabilizou a contratação de uma psicóloga para atender esta demanda na Delegacia da Mulher de Pato Branco/PR, atuando junto as crianças que sofrem abuso, cumprindo-se a Lei 13.431/2007, a qual estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos e da Criança e do Adolescente – SGDCA e traz artigos que regulamentam a forma pela qual as crianças e adolescentes em situação de risco devem ser ouvidos como: a escuta especializada (procedimento de entrevista sobre uma possível situação de violência contra criança ou adolescente, no intuito de garantir a proteção e o cuidado com a vítima) e o depoimento especial (é a oitiva da vítima). O Projeto Proteger também atende dois ODS que são: *ODS 3. Saúde e Bem-estar* e o *ODS 16. Paz, justiça e instituições eficazes*, além de estar contribuindo com uma ação significativa na vida dessas crianças e adolescentes.

Para possibilitar o desenvolvimento do projeto foi realizada uma parceria com o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Pato Branco/PR (CONSEG), órgão que ficou responsável pela contratação deste profissional. Atualmente, conforme dados fornecidos pela profissional contratada, foram atendidas aproximadamente 12 (doze) crianças/adolescentes por mês. Tais atendimentos obedecem a critérios rigorosos do ponto de vista ético, técnico e científico.

O Comitê em parceria neste momento com a entidade PROBEM, pretendem em conjunto dar continuidade a este projeto visando a permanência desta profissional para além de um ano, que no momento é de 2022/2023, buscando o envolvimento de outras Entidades Cíveis e Públicas para alinhar os esforços necessários para que isso se concretize.

7. OBJETIVO GERAL

O Projeto Proteger tem como objetivo viabilizar/manter a contratação de uma psicóloga para atender a uma demanda na Delegacia da Mulher de Pato Branco/PR, atuando junto as crianças que sofrem abuso, cumprindo-se a Lei 13.431/2007,

permitindo maior agilidade no processo., mas principalmente amparando as crianças e adolescente e contribuindo com sua proteção e bem-estar.

8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Através do rápido retorno do ente público reduzir a incidência de casos relatados de abusos contra crianças e adolescentes.

9. PÚBLICO ALVO

Caracterização	Situação de vulnerabilidade	Faixa Etária	Nº atendidos
Crianças e Adolescentes	Alta	0 a 18 anos incompletos	12 atendimentos por mês

10. ESTRATÉGIAS

A estratégia é dar celeridade aos processos, reduzir o acúmulo de casos, e possibilitar ações de políticas públicas voltadas a inserção e debate sobre o tema, sejam:

- 1 – Fortalecimento através de ações para fortalecer os membros do Conselho Tutelar;
- 2 - Envidar esforços junto aos órgãos responsáveis para práticas de cuidados preventivos.

O acompanhamento do projeto será realizado pela Rede Integrada, vinculada a Secretaria de Assistência Social do Município de Pato Branco – Paraná.

11. ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO

12. PLANO DE APLICAÇÃO

Elemento de Despesa (*)	Especificação (**)	Valor do Concedente R\$	Valor do Proponente R\$	Valor Total R\$
Pagamento do recurso de psicologa	Manutenção do recurso profissional para as oitivas	33.600,00	-	33.600,00

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta/Etapa	Unidade de Medida	Quantidade	Data (mês/ano)	
			Início	Fim
Atendimento em oitiva especial de crianças e adolescentes	Pessoa	288 ano	03/2023	02/2024

14. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Meta	Mês/Ano	Valor do Concedente	Valor do Proponente	Valor Total
Anual	Março/2023 a Fevereiro/2024	R\$ 33.600,00	-	R\$ 33.600,00

15. PLANILHA DE ITENS

a) Investimento (despesa tipo capital)

Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Profissional Psicólogo	01	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
TOTAL			R\$33.600,00

16. CONTATOS DO PROPONENTE

Nome Completo	Cargo	DDD/Telefone	E-mail
Vilma Terezinha Molinete Gobbi	Presidente	46 99978-1939	vilma_transform@hotmail.com

17. TERMO DE DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Declaro, para fins e prova junto à Prefeitura Municipal de Pato Branco que:

1. Não serão disponibilizados recursos próprios relativos à contrapartida visto a finalidade da entidade; e
2. Inexiste qualquer débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento da União.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 67B9-A1CA-6DBA-2F83

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROBSON CANTU (CPF 441.XXX.XXX-68) em 24/05/2023 13:49:19 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/67B9-A1CA-6DBA-2F83>